

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara

FORO DE ARARAQUARA

6ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, ARARAQUARA - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0009773-31.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Honorários Advocatícios**
 Exequente: **Claro S/A e outro**
 Executado: **Thiago Chiuchi Viola Eireli**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva****Vistos.**

-

Trata-se de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** apresentado por **CLARO S/A E ROSENTHAL GUARITÁ E FACCA SOCIEDADE DE ADVOGADOS EPP** contra **THIAGO CHIUCHI VIOLA EIRELI**.

Considerando as petições de páginas 56 e 62/63, **JULGO EXTINTA** a presente execução nos termos do artigo 924, II, do CPC.

O pedido de transferência formulado pelo exequente não pode ser acolhido, eis que, nos termos do Comunicado CG nº 1.048/2018 (da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, do Tribunal de Justiça de São Paulo) os levantamentos devem ser realizados através de mandado de levantamento judicial, devendo a unidade judicial se abster de encaminhar ofícios às agências bancárias objetivando a transferência eletrônica de valores.

Assim sendo, expeça-se, desde já, mandado de levantamento em favor dos credores, na forma requerida à página 62.

Intime-se o devedor, na pessoa do seu advogado, para pagamento da taxa judiciária referente à satisfação da execução (artigo 4.º, III, da Lei Estadual nº 11.608/03; guia DARE, Tipo de Serviço: Satisfação da Execução. Código: 230-6, no valor de R\$ 128,50), comprovando-se nos autos em quinze (15) dias, sob pena de ser o débito inscrito na dívida ativa; para emissão e impressão da guia para pagamento, o devedor deverá acessar o Portal de Custas em <http://www.tjsp.jus.br/PortalCustas>, depois clicar no botão "Emissão de Guias". Decorridos, sem a comprovação do pagamento nos autos, expeça-se certidão para inscrição do débito na dívida ativa do Estado.

Oportunamente, com o trânsito em julgado e certificada a inexistência de custas em aberto (artigo 1.098, caput, das NSCGJ), anote-se a extinção e arquivem-se os autos (por meio do lançamento da movimentação 61615).

P.R.I.

Araraquara, 25 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**